



MÉDIO TEJO
COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO -

Ata n.º 02/2015

Data – 03/12/2015

Início – 21h00

Local – Cidade de Tomar, na sede da CIM do Médio Tejo - Convento de São Francisco

Termo – 00h00

Presenças – Lista Anexa

ATA n.º 02/2015

Ao terceiro dia do de dezembro de 2015, com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a reunião ordinária de dezembro/2015 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Tomada de posse de Patrícia Isabel Picton Santos;
2. Eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal;
3. Aprovação da ata;
4. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIMT;
2. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2016 e respetiva autorização genérica;
3. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal.
4. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.



Antes da Ordem do Dia:

1. Tomada de posse de Patrícia Isabel Picton Santos-----

O Vice-Presidente da Mesa da AI da CIM, Paulo Bacelar de Macedo deu início à reunião chamando em primeiro lugar a deputada Patrícia Isabel Picton Santos, do Partido Socialista de Torres Novas para tomar posse. -----

De seguida começou por referir as faltas dos deputados e respetivas substituições comunicando também os deputados que tinham necessidade de tomar posse, conforme é descrito no quadro que se segue:

Faltas e respetivas substituições:

NOME	SUBSTITUTO
Carlos Alves do PS de Constância (renunciou ao mandato)	Carlos Alberto Dias do PS de Constância (tomou posse)
Arnaldo Filipe Rodrigues dos Santos do PSD de Torres Novas	António Manuel Calado Nobre do PSD de Torres Novas (tomou posse)
José Delgado do PSD de Tomar	Tomou posse pela 1.ª vez
Manuel de Sousa Ligeiro CDU de Torres Novas	Ramiro Silvestre Lopes da CDU de Torres Novas

O deputado António Mor referiu que de futuro era importante dar mais informação sobre os deputados, respetivos partidos e município.-----



2. Eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal----- -----

Foi apresentada uma lista única composta pelos seguintes elementos:

Presidente: José Manuel Paulo Trincão Marques – PS – Assembleia Municipal de Torres Novas;-----

Vice-presidente: Ana Margarida Henriques Neves Vieira – PSD – Assembleia Municipal de Ourém;-----

Secretário: João Manuel Pimenta Henriques Simões – Independentes – Assembleia Municipal de Tomar.-----

Após a apresentação da lista, a mesma foi colocada a votação.-----

Deliberação: Aprovada por maioria uma lista única para a eleição da Mesa da Assembleia Intermunicipal, com 27 votos a favor, 3 contra e 7 em branco. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal felicitou todos os presentes, agradecendo a confiança que lhe tinha sido depositada, e comentando que ao assumir este novo cargo o iria fazer com o maior rigor.-----



3. Aprovação da ata----- -----

Foi presente à reunião da Assembleia Intermunicipal a ata da reunião anterior, 28 de abril/2015, anexa á presente ata e da qual faz parte integrante.-----

Deliberação: Aprovada por maioria com 7 abstenções.



4. Período antes da ordem do dia.----- -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal questionou quem pretendia usar da palavra neste período. Foi então dada a palavra ao deputado João Lérias, que comentou estar já disponível no sítio da CIM do Médio Tejo a ata hoje aprovada, situação esta que não era legal, pois os documentos só deverão ser publicados após aprovados.-----

Referiu também, que os conteúdos do sítio da CIM do Médio Tejo apenas estão disponíveis em Português e tinha sido abordado por um jovem estudante estrangeiro que se encontrava a realizar um trabalho nesta região e que gostaria de ter acesso aos conteúdos em inglês.---

Terminada a sua intervenção, o Presidente da Mesa comentou que quanto à ata, tratava-se provavelmente de um lapso, mas que iriam ter em conta de futuro para que não se repetisse. Quanto à intervenção sobre a tradução do sítio iria passar a palavra à Senhora Presidente do Conselho Intermunicipal para poder ser esclarecido.-----



De seguida usou da palavra a deputada Elsa Lopes da CDU, que apresentou um documento pela Defesa e aplicação das 35 horas que leu e se passa a descrever:-----

“ Face à tentativa de imposição do aumento do horário de trabalho para as 40 horas semanais por parte do governo PSD/CDS-PP nas autarquias locais, os trabalhadores e os seus sindicatos de classe responderam com luta e resistência.-----

O prolongamento do horário de trabalho é mais um passo no rumo de aumento da exploração dos trabalhadores, com consequências desastrosas para a organização das suas vidas pessoais, desvalorização do trabalho, anulação dos direitos civilizacionais e aumento de desemprego no nosso país.-----

No quadro da resistência e luta em defesa dos seus direitos, os trabalhadores e os seus sindicatos mantiveram a defesa das 35 horas como uma das suas principais reivindicações, e prontamente iniciaram um processo de negociação dos Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP´s) que foram acordados, assinados e colocados em prática pela esmagadora maioria das Câmaras Municipais do Distrito de Santarém. Injustificadamente, o Governo PSD/CDS-PP não só não publicou esses acordos, como se arrogou ao direito de interferir nas negociações através da supressão da autonomia do Poder Local Democrático nesta matéria, procurando assim aumentar a pressão sobre os trabalhadores e as autarquias.-----

Tribunal Constitucional dá razão aos trabalhadores!-----

O Tribunal Constitucional (TC) declarou a inconstitucionalidade da ingerência do governo na autonomia do Poder Local e na celebração dos ACEP´s entre sindicatos e autarquias locais.—

No acórdão 494/2015 de dia 7 de outubro o TC declarou inconstitucionais, com “força obrigatória geral (...) as normas que conferem aos membros do governo responsáveis pelas áreas das Finanças e Administração Pública legitimidade para celebrar e assinar acordos coletivos de empregador público, no âmbito da administração autárquica.”-----

Assim, as Câmaras Municipais, por via Constitucional (reafirmada a legitimidade no acórdão do TC) têm todas as condições para celebrar apenas mediante a sua vontade, a aplicação das 35 horas e a atribuição de outros direitos aos seus trabalhadores.-----

Esta decisão não seria possível sem a unidade, resistência e luta que os trabalhadores desenvolveram durante mais de 800 dias.-----

O PCP saúda ainda a resistência de todas as câmaras CDU e muitas outras autarquias que se juntaram aos trabalhadores e resistiram às orientações do Governo que colocavam em causa a autonomia e as competências na contratação coletiva. Estes órgãos do Poder Local, deram um exemplo de coragem, lutaram ao lado dos seus trabalhadores pelos direitos laborais destes e pela autonomia do Poder Local Democrático.-----

Esta luta que alcançou uma importante vitória tem agora de continuar, pela celebração e publicação dos ACEP´s, pela defesa da manutenção das 35 horas, pela rejeição da adaptabilidade e do banco de horas que alguns ainda tentam impor, bem como pelo pagamento das horas (5 horas semanais) que os trabalhadores trabalharam injustamente a mais desde a assinatura dos acordos. Os acordos assinados à revelia das organizações representativas dos trabalhadores devem merecer forte contestação dos trabalhadores”.-----

Os deputados tomaram conhecimento do documento acima transcrito.-----

De seguida, pediu para usar da palavra o deputado Anacleto Batista, que começou por felicitar a mesa, contudo realçou que não tinha tido conhecimento da lista hoje apresentada, nada lhe tinha sido comunicado, pelo que, considerava que se deveria ter tido conhecimento. Desejou que os recentes membros da mesa fizessem cumprir o regimento, realçando horas e tempos destinados. Por outro lado, abordou a possibilidade de ser entregue a cada um dos deputados um cartão identificativo.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal comentou não ter um relógio para o efeito e respetivo controlo dos tempos de intervenção dos deputados.-----

Terminada esta intervenção usou da palavra o deputado António Lopes, para solicitar à mesa a possibilidade de outra disposição dos lugares na sala, devendo inclusive os deputados serem organizados por bancadas.-----



Ainda no período antes da ordem do dia, **a CDU, através do deputado António Ferreira apresentou uma moção sobre o "Reforço de Meios no Hospital de Tomar e Torres Novas**, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante e que se passa a transcrever ----

"A falta de meio adequados no Centro Hospital do Médio Tejo (CHMT) tem aumentado o sofrimento nos utentes - nomeadamente com os factos: 1.º de encontrarem recorrentemente as urgências sobrelotadas; 2.º de se encontrarem várias horas à espera de atendimento; 3.º com a falta de internamento em situações delicadas; 4.º com a atribuição de altas precoces, que conduzem, frequentemente, a reinternamentos com consequências diretas e indiretas para os doentes, familiares, e para o próprio CHMT. Muitos dos utentes afirmaram a sua indignação através do abaixo-assinado promovido pela Comissão de Utentes da Saúde do Médio Tejo. Que recolheu mais de 20 000 assinaturas, exigindo o reforço das Urgências e a existência de Medicina Interna nos três hospitais do CHMT.-----

Considerando que:-----

- É urgente o reforço dos meios médicos e enfermeiros (entre outros) para garantir a qualidade e segurança do serviço;-----
- Todas as categorias de profissionais de Saúde consideram fundamental a existência de medicina Interna, cirurgia geral e pediatria nos três hospitais, sem descorar as restantes valências atribuídas pelo CHMT dando especial atenção à necessidade da maternidade na região norte do distrito;-----
- Sem reforço dos cuidados de saúde de proximidade e sua articulação, nos diversos níveis de prestação de cuidados, são os hospitais o último recurso das populações com o consequente "stress" nos serviços hospitalares;-----

A Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, reunida a 03 de dezembro de 2015, interpretando o sentimento geral da população, exige ao Conselho de Administração do CHMT:-----

1. A melhoria dos Serviços de urgência e especialidades nas 3 unidades hospitalares dotando as mesmas de meios humanos e materiais necessários à oferta de um serviço público de qualidade;-----
2. A existência de Medicina Interna, Cirurgia Geral e pediatria nas 3 unidades;-----
3. Promover a articulação do CHMT com os cuidados de Saúde Primários e Continuados.-----

Enviar para todas as câmaras, Ministério da Saúde, Grupos Parlamentares da Assembleia da República (AR); Comissão de Saúde da AR".-----

O deputado José Delgado pediu para usar da palavra, referindo que as moções presentes na reunião devem ser entregues com pelo menos 48 horas de antecedência, para que todos os deputados da Assembleia possam ter conhecimento e vir preparados para as discutir.-----

Foi, de seguida, passada a palavra ao deputado Silvestre Pereira que iniciou a sua intervenção felicitando a mesa. Realçou a necessidade de serem realizadas mais reuniões da Assembleia, dando como exemplo a realização de mais duas reuniões extraordinárias. Comentou também a possibilidade dos deputados não auferirem senhas de presença nas reuniões extraordinárias, situação esta esta que lhe foi referido que já acontece, pois até está previsto no regimento desta Assembleia.-----

Terminadas as intervenções dos deputados, o Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra à Presidente do Conselho Intermunicipal que teceu alguns comentários. Em primeiro lugar, esclareceu a disponibilidade para reunir sempre que os deputados considerassem necessário, bem como para discutir as matérias que também fossem pertinentes; em segundo lugar quantos aos tempos que foram referidos, tentam sempre que sejam geridos dentro do razoável e com algum bom senso, quanto à disposição da sala comentou que já foi disposta de outras maneiras, parecendo-lhe que esta última seria a mais funcional, contudo não iriam descurar este assunto e tentar uma nova solução. Quanto à possibilidade dos deputados terem cartões identificativos, iria em conjunto com a mesa pensar numa solução.-

Respondeu de igual modo ao deputado João Lérias sobre a viabilidade do sítio da CIM do Médio Tejo poder estar noutras línguas. Esclareceu é uma das intenções já abordada e discutida, contudo, atualmente ainda não foi possível, por variadas razões, pois não se traduz todo um sítio assim de repente, as coisas têm de ser feitas com qualidade, tempo e acima de tudo com financiamento para o efeito. Mais disse, que é um assunto que não está de todo esquecido, mas que tem de ser pensado com algum cuidado.-----

Quanto à moção apresentada, foram tecidos alguns comentários por alguns dos deputados antes da votação da mesma.-----

O deputado João Lérias do PS referiu que iria votar a favor, por outro lado, o deputado Rui Picciochi comentou que 3 hospitais economicamente não eram viáveis. António Ferreira, por sua vez, comentou as sucessivas asneiras cometidas no passado, referindo também as horas excessivas que os doentes passam nas urgências, mostrando-se preocupado.-----

Nuno Prazeres, CDS de Ourém referiu que se iria abster.-----

De seguida, usou da palavra o deputado Hugo Costa que iniciou a sua intervenção cumprimentando a mesa. Comentou que temos 3 unidades hospitalares, que o SNS deve ser defendido da melhor forma possível, e que devemos trabalhar para que haja qualidade e que tudo funcione da melhor forma.-----

Por outro lado, José Delgado realçou a importância da presente moção apresentada ser mais trabalhada e ter mais elementos que poderiam fazer a diferença. A deputada Ana Cláudia do PSD apontou para divergências que estão focadas no ponto 2. solicitando à CDU que se fosse omitido este ponto, a moção teria outro impacto.-----

Após os comentários referido o deputado Ramiro Silva afirmou que os problemas são outros, os médicos não querem vir exercer para o Centro Hospitalar, tendo este Centro Hospitalar que ser valorizado. De igual modo, afirmou que é premente trabalhar os cuidados primários de saúde, que estes devem ser reforçados.-----

A deputada Piedade Pinto, enfermeiro neste Centro Hospitalar esclareceu o seu ponto de vista, referindo que deve ser clarificada a resposta da urgência que está atualmente a correr mal, devendo ser tomadas medidas de gestão interna, até porque o descontentamento dos profissionais é visível.-----

Após todas as intervenções efetuadas, a moção foi colocada a votação.-----

Ainda antes da votação a deputada Ana Cláudia do PSD fez uma declaração de voto referindo não aceitar que a CDU retirasse o ponto 2.

Deliberação: A moção apresentada foi aprovada com 19 abstenções.



Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIMT-----

O Presidente da Mesa da Assembleia pediu à Presidente do Conselho Intermunicipal que efetuasse a sua apresentação relativamente a este ponto.-----

No âmbito do Contrato de Subvenção Global celebrado entre a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a ex. Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Sul e a Autoridade de Gestão do PO Regional do Centro (Mais Centro), o montante FEDER aprovado ascende atualmente a 79.445.914€, correspondendo a 76 candidaturas aprovadas.-----

A Estrutura de Apoio Técnico tem efetuado verificações de obras financiadas no local, no sentido de proceder ao encerramento das mesmas. Até ao momento, já efetuou 50 verificações ao local e encontra-se atualmente a verificar outras 32 operações cujo montante FEDER aprovado é inferior a 1.000.000€.-----

Foram submetidas duas candidaturas de projetos intermunicipais ao Mais Centro - "Afirmção Territorial do Médio Tejo" e "Médio Tejo - Gestão em SIG". Atualmente, as candidaturas "Afirmção Territorial do Médio Tejo" e "Médio Tejo - Gestão em SIG" totalizam 403.773,45€ e 2.513.653,80€ de montante FEDER, respetivamente.-----

A candidatura da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo foi admitida pela Comissão de Avaliação, tendo sido atribuída uma avaliação de mérito de 4,7 pontos (escala de 1 a 5).-----

O montante global do Pacto/ ITI da CIM do Médio Tejo é de cerca de 48.551.937,35€, e abrange as seguintes áreas temáticas:-----

- Modernização da administração local;-----

- Eficiência energética e energias renováveis nas infraestruturas públicas;-----
 - Prevenção e gestão de riscos / alterações climáticas;-----
 - Proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural;-----
 - Infraestruturas e equipamentos de saúde;-----
 - Criação de emprego;-----
 - Inclusão social;-----
 - Educação e formação;-----
 - Regadios tradicionais, segurança de barragens, drenagem e estruturação fundiária.-----
- No âmbito do projeto Educação referiu que se prevê o desenvolvimento de um plano integrado e inovador de combate ao insucesso e abandono escolar, visando a prossecução dos seguintes objetivos:-----
- Redução do insucesso e da retenção escolares;-----
 - Redução do abandono escolar;-----
 - Promoção do sucesso escolar; -----
 - Promoção da cultura científica, das artes e das competências metacognitivas;-----
 - Diversificação e coordenação das ofertas profissionalizantes.-----

Trata-se de um dos projetos intermunicipais de maior expressão financeira contratualizados no PCDT Médio Tejo, com uma dotação de 8,9 M€.

Quanto ao Médio Tejo Inclusivo está previsto no Investimento Territorial Integrado / Pacto para a Coesão e Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo, o desenvolvimento de um conjunto de subprojectos com o objetivo de promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, e também de promover o envelhecimento ativo no Médio Tejo, designadamente:-----

- Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social;-----
- Fruição Cultural e Inclusão para Todos;-----
- Programa de Combate ao Isolamento Sénior e Promoção do Envelhecimento Ativo;-----
- Teleassistência como suporte de autonomia e independência dos idosos.-----

O conjunto de projetos no domínio social apresenta uma dotação contratualizada no PCDT Médio Tejo de 6,4M€.

Médio Tejo Online - desde junho/2014 que a CIM do Médio Tejo recebeu a notificação de decisão de aprovação da reprogramação solicitada. Com a aprovação da reprogramação o valor global de investimento elegível, da operação, passou a 3.378.852,07€, o que corresponde a um montante FEDER de 2.872.024,26€ (taxa de cofinanciamento FEDER de 85%).-----

Inclui as principais componentes:-----

- Serviços Online (plataforma da educação, faturação eletrónica, reengenharia de processos, aplicações de negocio);-----
- Aquisição de um ERP comum;-----
- Gestão Documental; -----
- Compras Públicas (central de compras);-----
- Reestruturação Tecnológica (aquisição de hardware e software);-----
- Gestão e Coordenação.-----

Um outro projeto importante foi a Central de Compras já com 18 entidades que a integram.

Destacam-se os principais resultados obtidos:-----

- 30% de redução média de preços nas categorias piloto; -----
- Redução dos custos globais de aquisição (conceção, compra, armazenamento, transporte, manuseamento e planeamento); -----
- Eficiência do Processo aquisitivo: redução em 80% no tempo gasto na aquisição de bens catalogados; redução em mais de 95% do nº de procedimentos aquisitivos realizados no conjunto dos municípios enquadrados no piloto;-----
- Conhecimento das estruturas de custos dos municípios; -----
- Desenvolvimento de competências internas em matéria de "compras eletrónicas"; -----
- Construção de uma base de conhecimento acerca de melhores práticas aquisitivas; -----
- Minimização das barreiras à adoção de novas iniciativas de "compras eletrónicas" pelos municípios e pelos fornecedores.-----

Quanto ao projeto da Mobilidade esclareceu que continuam em funcionamento os serviços de Transporte a Pedido nos concelhos de Mação, Sardoal e zona norte do concelho de Abrantes, no último ano com uma média de 95% de dias com reservas e tendo sido transportados até à data cerca de 3.500 passageiros. Recentemente aprovada candidatura por parte do PO Centro, em regime de overbooking do QREN - com vista à obtenção de cofinanciamento comunitário para os encargos do projeto, em particular no que se refere aos custos incorridos durante os anos de 2014 e 2015 (Mação, Sardoal e zona norte de Abrantes) e os investimentos iniciais necessários ao arranque dos serviços de transporte a pedido para a

nova fase de alargamento (Ourém, Tomar, Vila Nova da Barquinha e zona sul de Abrantes. Encontram-se em curso os trabalhos de elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo.-----

Entre outros projetos, e não menos importantes realçou a Sistema Integrado de Segurança e Higiene no Trabalho, a formação.-----

Destacam-se algumas reuniões, para além das habituais reuniões do Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo, nomeadamente: assinatura Protocolo com a Diputation de Palencia; audiências com grupos parlamentares com assento da Assembleia da República; Centro Hospitalar do Ribatejo; lançamento agenda de eventos e APP Descubra Médio Tejo; reunião com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (investimentos em infraestruturas escolares); Reunião Direção Geral do Património Cultural (investimentos em infraestruturas culturais); Discussão pública na Assembleia da República da Petição sobre os Tribunais.-----

Terminada a sua intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia questionou os deputados que pretendiam inscreve-se e tecer alguns comentários.-----

Usou da palavra o deputado José Almeida, enaltecendo a importância do trabalho que está a ser desenvolvido, bem como a importância do estudo que está a ser acompanhado no âmbito da educação pelo Prof. David. Justino.-----

Por sua vez, o deputado José Delgado sugeriu que poderíamos dar um passo ao nível nacional, no que diz respeito à possibilidade de termos um manual de boas práticas para obras de administração direta com eventual apoio dos trabalhadores da ACT, podendo mesmo sermos pioneiros nesta matéria. A Presidente do Conselho Intermunicipal respondeu a este último comentário que iríamos avaliar.-----

Deliberação:

Os senhores deputados tomaram conhecimento da atividade da CIM do Médio Tejo.



2. Apreciação e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2016 e respetiva autorização genérica;-----

Este ponto foi apresentado pela Presidente do Conselho Intermunicipal que efetuou uma breve apresentação focando alguns dos aspetos mais relevantes do referido documento.-----
Começou por indicar que as OPO apresentam-se num contexto de entrada em pleno funcionamento dos mecanismos de apoio do Portugal 2020 – formalização do Investimento Territorial Integrado/Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo; que se trata do arranque e concretização de um conjunto de projetos intermunicipais de dimensão relevante trazendo desafios acrescidos de dinamização de rede da governação integrada. Por outro lado é um desafio de capacitação para assumir novas competências que se perspetivam para as CIM (novas competências em matérias de transportes); projetos intermunicipais e atividades a desenvolver – ações de continuidade de projetos apoiados no âmbito do QREN (afirmação territorial do Médio Tejo; promoção do empreendedorismo; melhoria da mobilidade; modernização administrativa; sistemas de gestão territorial e formação da administração local). Referiu áreas de atuação emergentes, como é o caso da Educação e a área social.-----

Elencou de seguida os vários projetos, bem como as novas áreas de atuação previstas respetivamente:-----

Educação de Excelência - trabalho em parceria com atores locais prevê o desenvolvimento de um plano integrado e inovador de combate ao insucesso e abandono escolar na sub-região - dotação contratualizada para o MT até 2020 de 8,9 M€ (cerca de 700.000,00€ dotação orçamento 2016 da CIM MT);-----

Médio Tejo Inclusivo – dotação contratualizada para o MT até 2020 de 6,4M€ (cerca de 950.000,00€ dotação orçamento 2016 da CIM MT);-----

- Plataforma Regional de Parceria para a Inovação Social;-----

- Fruição Cultural e Inclusão para Todos;-----

- Programa de Combate ao Isolamento Sénior e Promoção do Envelhecimento Ativo;-----

- Teleassistência como suporte de autonomia e independência dos idosos.-----

Quanto a áreas com continuidade elencou as seguintes:-----

Modernização Administrativa – cerca de 700.000,00 € (inclui Médio Tejo em Partilha – Secretaria de Estado da Administração Local).-----
Sistema Gestão Territorial – 1,5 milhões de euros-----
GEFOR – Gestão da Formação – cerca de 200.000,00 € -----
- Formação da Administração Local-----
- Formação de públicos estratégicos-----

Referiu no que diz respeito aos recursos humanos da CIM do Médio Tejo que com a publicação do novo quadro legal aplicável às entidades intermunicipais, plasmado na lei 77/2015 de 29 de julho, está em fase final de elaboração o novo regulamento interno dos serviços intermunicipais da CIM do Médio Tejo.-----

Por último terminou a sua intervenção esclarecendo que o orçamento da CIM do Médio Tejo para 2016 ascende a 5.667.883,00 € verificando-se um aumento de cerca de 1,133.334,00€ face a 2015.-----

Terminada esta apresentação, usou da palavra a deputada Ana Cláudia do PSD que afirmou que se tratava de um trabalho com bastantes aspetos positivos e objetivos cumpridos. Contudo, solicitou alguns esclarecimentos sobre a Carta de Parceria para saber exatamente qual o papel das escolas, ou seja, pretendeu saber se estaria a ser dado um papel mais importante às autarquias em detrimento dos agrupamentos, tendo-lhe sido esclarecido que não é intenção de modo algum entrar-se na componente pedagógica.-----
O deputado Paulo Macedo reiterou um pedido de formação para as juntas de freguesia.-----

Deliberação: Aprovado por maioria, com 4 abstenções.



2. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia comentou tratar-se de um documento que por via do que decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal.-----

Deliberação: Os deputados tomaram conhecimento do seu conteúdo.



3. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro-----

Não havendo mais intervenções, nem se confirmando a presença de público na sala o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMT deu como encerrada a sessão.



O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo

(José Manuel Paulo Trincão Marques)

A Redatora

(Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade)